

CARTA DO GESTOR Nº 63 – DEZEMBRO DE 2024

Caros Investidores,

Gostaríamos de desejar a todos um ótimo 2025, com muita saúde e prosperidade. Nossos votos sinceros de que seja um ano bastante produtivo, próspero e aproveitado na companhia de familiares e amigos.

Nesta carta, comentaremos os resultados do fundo no mês de dezembro; **discutiremos quão inflacionário pode ser o cenário Trump 2.0 e, no cenário local, analisaremos os prováveis impactos do aperto das condições financeiras locais e da deterioração da confiança;** e explicitaremos o posicionamento do fundo neste início de janeiro.

1- Resultados

O Ace Capital FIF CIC Multimercado RL registrou ganho de 1,40% em dezembro; ganho de 6,84% no acumulado de 2024; e acumula retorno de 63,18% desde seu início em 30/09/2019 (119% do CDI ou CDI+1,24% a.a.).

Em dezembro, mês marcado pela grande volatilidade dos ativos locais, o fundo registrou ganhos nos livros de Renda Fixa (+0,63%), com o desempenho favorável das posições tomadas em juros nominal e tomado na inclinação; e Valor Relativo (+0,43%), que continuou explorando, sobretudo, travas relacionadas à eleição de Donald Trump, que assumirá dia 20 de janeiro, e a ampliação do diferencial de juros Brasil e EUA. O livro de Renda Variável (-0,46%) foi detrator de resultado no mês em razão, sobretudo, de uma posição liquidamente comprada em S&P. O livro de Moedas (+0,05%) gerou contribuição bem marginal.

Resultados do Fundo por Estratégia

	Out-24	Nov-24	Dez-24	2024	Início
Renda Fixa	0,46%	0,60%	0,63%	-0,19%	19,12%
Renda Variável	0,38%	-0,38%	-0,46%	-1,86%	0,78%
Moedas e Cupom Cambial	0,56%	0,41%	0,05%	-0,49%	2,99%
Valor Relativo	-0,05%	1,10%	0,43%	0,99%	3,06%
Total de Valor Adicionado	1,35%	1,73%	0,65%	-1,54%	25,96%
Caixa, Taxas, Custos e Outros	0,71%	0,61%	0,74%	8,38%	37,22%
Ace Capital FIF CIC Multimercado RL	2,07%	2,34%	1,40%	6,84%	63,18%

Resultado 2024. Após resultados ruins no primeiro semestre de 2024, sobretudo por um erro de avaliação de cenário de juros nos EUA, o fundo apresentou uma boa recuperação ao longo do 2º semestre do ano, trabalhando de maneira mais tática e oportunista, explorando e utilizando mais estratégias de valor relativo e identificando oportunidades de diferenciação de cenário Brasil vs EUA.

A despeito do cenário desafiador para 2025, vislumbramos boas oportunidades de geração de *alpha* para uma gestão mais ágil e flexível (*two ways*), respeitando níveis de preços e pautadas em estratégias de valor relativo.

2- Cenário

EUA – Quão inflacionário poderá ser o cenário Trump 2.0?

Situação corrente. Os dados econômicos permanecem favoráveis. Do lado da atividade, o crescimento tem se mostrado robusto, com os indicadores do quarto trimestre apontando para um avanço do PIB entre 2,5% e 3,0%. Paralelamente, o mercado de trabalho apresenta sinais iniciais de estabilização.

No campo da inflação, mantemos a avaliação de que ela continuará convergindo gradualmente para a meta de 2%. Nesse sentido, o dado de novembro reforça essa perspectiva, especialmente ao evidenciar uma queda mais acentuada na inflação de aluguéis.

Em relação à política monetária, a decisão do Fed em dezembro confirmou as expectativas de um corte de 0,25%. No entanto, a revisão da projeção para o núcleo da inflação em 2025, que passou de 2,2% para 2,5%, surpreendeu o mercado, acompanhada por um balanço de riscos assimétrico para cima. Essas alterações no cenário de inflação levaram à revisão da expectativa para a taxa de juros no próximo ano, de quatro cortes para apenas dois.

Nossa análise sugere que a maioria dos diretores do Fed já incorporou em suas projeções as possíveis mudanças na política econômica do governo eleito, apesar da elevada incerteza quanto à implementação dessas medidas e seus potenciais efeitos sobre a inflação.

Dessa forma, caso as políticas de Trump se revelem menos inflacionárias do que o Fed projeta – hipótese que consideramos mais provável –, acreditamos que o número de cortes de juros será maior do que o indicado no SEP (Summary of Economic Projections). Com isso, mantemos nossa expectativa de que o Fed realizará mais três cortes até o fim do ciclo, a serem realizados nas reuniões de março, junho e setembro de 2025.

Cenário prospectivo. Nos próximos parágrafos, gostaríamos de aproveitar a oportunidade para debater sobre nossa expectativa para as políticas do novo governo e seus efeitos sobre inflação.

Tarifas como instrumento de negociação – O presidente eleito tem deixado claro que vai utilizar tarifas como instrumento tanto de política comercial quanto para negociação. De fato, desde que venceu as eleições, Trump tem ameaçado parceiros comerciais com a imposição de elevadas tarifas caso estes países não resolvam determinada questão vista pelos EUA como um problema. Como exemplos, Trump utilizou ameaça de tarifas para pressionar por mais gastos militares de países europeus, e melhor controle da fronteira por parte do México e Canadá. Desta forma, nos parece difícil que grande parte das tarifas utilizadas para negociação venham a ser de fato implementadas, haja visto que as demandas feitas pelo presidente eleito devem ser em grande parte satisfeitas.

Tarifas como instrumento de política comercial – historicamente diversos países utilizaram de tarifas como instrumento para auxiliar no desenvolvimento da indústria doméstica. A utilização de tarifas, em conjunto com políticas industrialistas, tem o objetivo de favorecer as indústrias locais em detrimento da concorrência externa. Desta forma, os países que atuam com uma mentalidade mais liberal do ponto de vista de comércio internacional saem desfavorecidos do ponto de vista concorrencial. Tendo assumido uma postura mais liberal ao longo das últimas décadas, os EUA viram indústrias domésticas sendo sucateadas por concorrência externa, em particular da Ásia, o que tem repercutido em níveis cada vez mais elevados de déficit comercial. Desta forma, o novo governo dos EUA pretende se utilizar mais de tarifas objetivando criar um ambiente de comércio internacional mais equilibrado. De fato, muito tem se falado de comércio recíproco, no qual os países que possuem tarifas elevadas terão em contrapartida a imposição de tarifas elevadas, enquanto países que adotam uma postura mais liberal serão tratados de forma recíproca. Desta maneira, o resultado final das políticas do novo governo pode ser de menos barreiras comerciais por parte de seus parceiros, e não de mais barreiras comerciais por parte dos EUA.

Outra questão relevante que merece atenção é o fato de que as tarifas que forem impostas devem ser feitas de forma gradual, assim como sugerido pelo novo secretário do tesouro Scott Bessent. O objetivo aqui é criar maior previsibilidade, tanto para as indústrias locais, que muitas vezes dependem de insumos importados, quanto para os parceiros comerciais, que terão mais tempo para responder as demandas de reciprocidade.

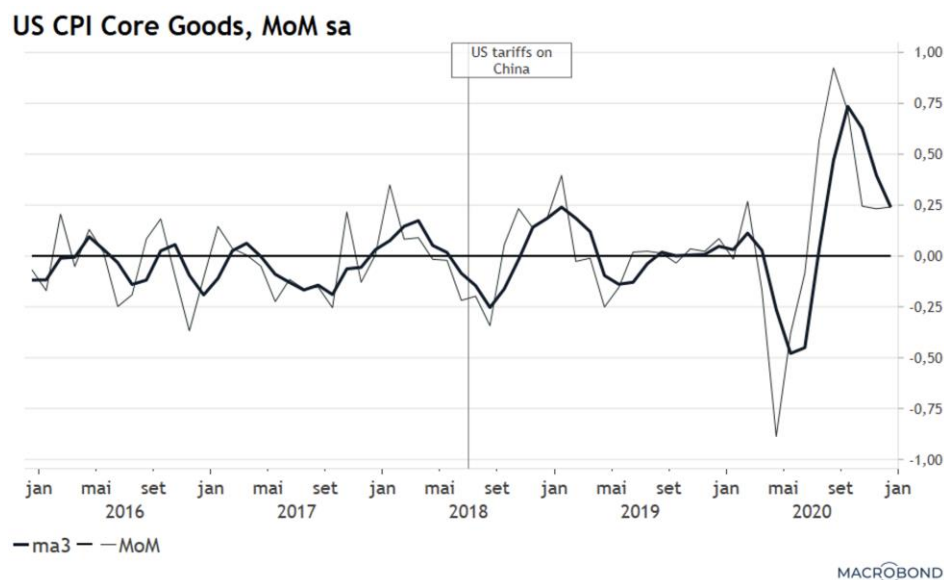
Em resumo, não podemos assumir que a retórica de Donald Trump, de que irá criar uma tarifa global assim que tomar posse, se concretizará. Acreditamos ser mais provável que os diversos blocos comerciais com os quais os EUA transacionam serão tratados de forma individual, sendo que em alguns

casos veremos a redução das barreiras comerciais para produtos americanos, e em alguns outros casos veremos a imposição de tarifas por parte dos EUA.

Efeito de tarifas sobre inflação – diversos estudos acadêmicos buscam estimar o efeito potencial das tarifas sobre a inflação ao consumidor. No entanto, o mecanismo de transmissão de tarifas ao preço final ao consumidor é muito complexo, e diversos fatores devem ser levados em consideração, tais como:

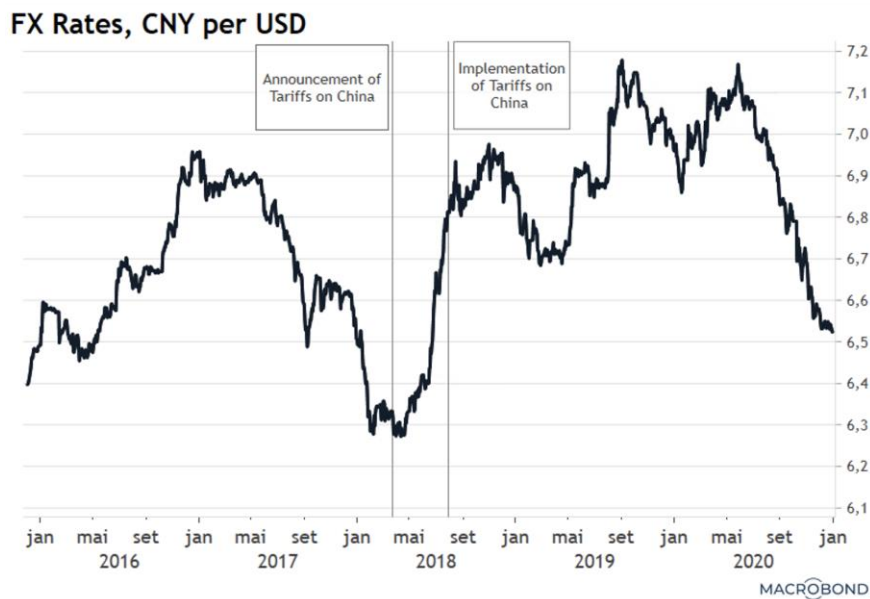
- Efeito de variação cambial sobre o preço de importação;
- Efeito da variação do preço importado sobre o preço ao consumidor;
- Disponibilidade de fonte alternativa do produto em questão; e
- Reação do exportador em questão a tarifa, potencialmente redirecionando exportação via outro país.

O estudo do processo ao longo do primeiro mandato do Trump pode nos ajudar a pensar sobre a questão. A tarifa média sobre produtos chineses aumentou 17,9% entre 2018 e 2019 e, na época, diversos estudos apontavam para um aumento expressivo da inflação, o que acabou não acontecendo. O que teria acontecido para não termos nenhum impacto perceptível sobre os preços apesar deste aumento substancial de tarifas?



Primeiramente, o Dólar efetivo, medido pelo índice DXY, apreciou 9% entre o anúncio e a implementação da tarifa, sendo que contra a moeda chinesa o Dólar apreciou cerca de 10%. Além disso, as empresas importadoras não repassaram de imediato a alta dos preços importados, mantendo os preços aos varejistas estáveis e absorvendo via margem a alta dos preços dos produtos importados. Outro fenômeno que limitou o aumento dos preços nos Estados Unidos foi o fato de que empresas

chinesas redirecionaram suas exportações via outros países.



Política migratória – ao longo da campanha presidencial, o então candidato Donald Trump mencionou que como presidente iria extraditar todos os imigrantes ilegais dos Estados Unidos, estimados em 11 milhões de pessoas. Desde então, muito tem sido comentado sobre o potencial impacto inflacionário de uma política migratória mais restritiva. Nesse sentido, temos uma percepção diferente.

Primeiramente, restrições físicas e fiscais devem limitar o potencial de extradição ao longo dos próximos anos. Dessa forma, nossa expectativa é de que inicialmente o governo limitará a utilização de seus recursos para extraditar aqueles imigrantes que tenham realizado delitos dentro dos Estados Unidos, totalizando um número de pessoas muito inferior ao total de imigrantes ilegais dentro do país.

Além disso, a teoria econômica não é conclusiva sobre o efeito de imigração sobre inflação. Por um lado, uma quantidade maior de imigrantes contribui positivamente para a oferta de trabalhador de uma economia, o que teria um efeito de puxar salários para baixo. Por outro lado, mais imigrantes também significa mais consumo, com efeito positivo sobre os preços e atividade econômica. Desta forma, o impacto final de maior imigração sobre a inflação é ambíguo, sendo função de diversas características dos imigrantes, como taxa de participação e propensão a consumir, bem como características da economia. Em uma economia com mercado de trabalho equilibrado, como temos hoje nos Estados Unidos, nossa expectativa é que número menor de imigrantes terá um efeito mais limitado sobre a inflação doméstica.

Desregulamentação – uma das principais promessas da campanha do presidente eleito é de desregulamentar diversos setores da economia, em particular o setor energético. De fato, durante o mandato do presidente Joe Biden, diversas medidas foram introduzidas para restringir a exploração e exportação de energia fóssil, visando a transição mais rápida a energia renovável. Além disso,

participantes do setor reclamavam consistentemente da falta de previsibilidade das políticas democratas, o que argumentavam ser prejudicial aos investimentos do setor. Desta forma, acreditamos que uma política regulatória mais frouxa e previsível ao longo dos próximos quatro anos deve ser favorável ao aumento da produção energética, bem como redução de custos regulatórios, o que, em princípio, deve favorecer preços mais baixos de energia. Outros setores também serão favorecidos com regulamentação mais frouxa, porém o efeito disso nos preços, mesmo sendo baixista, é difícil de ser mensurado.

Conclusão – o próximo mandato presidencial de Donald Trump promete mudanças substanciais de política comercial, imigratória e regulatória. Entender como essas mudanças podem afetar a economia é peça chave para entender como isso impactará inflação e política monetária. Aproveitamos a carta desse mês para explicitar que é possível desafiar a visão consensual de que essas medidas serão, inequivocamente, inflacionárias. Em nossa opinião, se as políticas que serão realizadas acontecerem de maneira mais espaçada e organizada, elas poderão ter impacto limitado sobre a inflação.

Brasil – Deveremos observar, em 2025, os impactos sobre a economia real do forte aperto das condições financeiras e da deterioração da confiança.

O cenário local segue em processo de deterioração. O que começou, há alguns meses, como um incômodo com a política fiscal de curto prazo do governo, evoluiu rapidamente para uma crise de confiança mais generalizada.

Com as medidas fiscais insuficientes tomadas nos últimos meses, a postura beligerante contra o “mercado” e demais críticos da atual política econômica, e a aproximação do início do próximo ciclo eleitoral, fica cada vez mais consolidada a visão de que a cabeça do governo já está no pleito de 2026. Ou seja, a probabilidade de qualquer ajuste fiscal de verdade começa a cair drasticamente, enquanto a probabilidade de mais medidas populistas aparecerem ao longo do tempo aumenta.

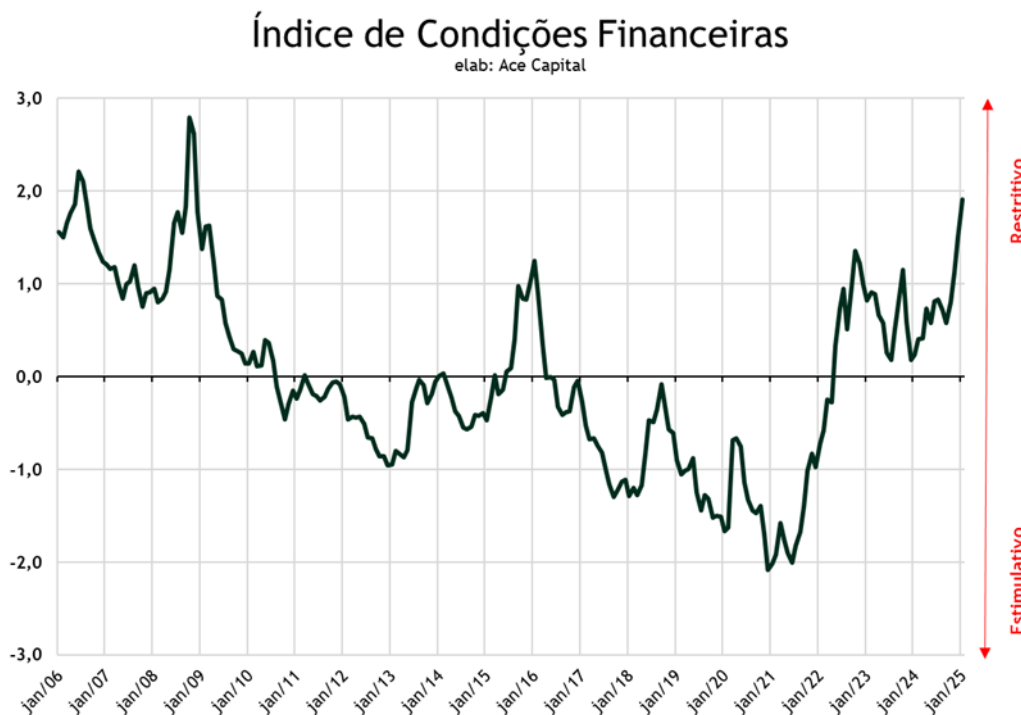
Esse ambiente, que foi se construindo ao longo dos últimos meses, já teve um impacto bastante relevante, embora ainda restrito às variáveis financeiras. Para ilustrar, em 2024 a taxa de câmbio depreciou 25%, as taxas de juros longos abriram entre 500 e 600bps por toda curva, o CDS subiu quase 85bps, entre outros, refletindo a piora na percepção quanto aos fundamentos do país.

Entretanto, os efeitos de tamanha deterioração ainda não foram totalmente sentidos na economia “real”, que fecha 2024 com uma foto ainda razoável, sobretudo atividade econômica – mas com um filme bastante preocupante para 2025.

A inflação corrente deve fechar 2024 com alta próxima a 4,9% (acima do teto da meta) e com a piora dos dados mais recentes, com a aceleração da inflação subjacente/serviços. As expectativas, medidas pela pesquisa Focus, passaram por grande processo de desancoragem ao longo do ano, mas com intensificação dessa piora nos últimos meses. Portanto, entraremos 2025 com uma dinâmica bastante preocupante e impactos ainda por serem sentidos pelo IPCA à frente – depreciação cambial, inclusive – o que nos faz projetar um IPCA fechado na casa de 6% em 2025.

Já a atividade econômica, por ora, parece ter sido imune a essa deterioração, devendo terminar o ano de 2024 com crescimento do PIB próximo a 3,5% e bom desempenho no segundo semestre. Contudo, nossa projeção para o PIB de 2025 supõe uma desaceleração razoável para algo ao redor de 2%. Em nosso cenário base, essa desaceleração se dá, principalmente, pelo patamar mais restritivo da taxa Selic (projetamos 15% para o fim do ciclo). Porém, a percepção cada vez maior de desorganização e a deterioração da confiança podem potencializar bastante a política monetária mais apertada e levar um crescimento abaixo do esperado – o principal canal é a provável queda dos investimentos.

O gráfico a seguir traz nosso cálculo para o índice de condições financeiras (ICF). É uma tentativa de padronizar e agregar a piora observada nos ativos financeiros locais e estrangeiros, visando compará-la com momentos no passado. Compõe esse indicador a curva de juros local e estrangeira, taxa de câmbio do Dólar contra o Real e contra outras moedas, *commodities* variadas, medidas de risco país e índices de ações.



Primeiro, é importante ressaltar que esse indicador já roda em território restritivo pelo menos desde a metade de 2022. Apesar disso, não foi possível observar desaceleração relevante da atividade

econômica. Acreditamos que isso se deva, em boa medida, à política fiscal bastante expansionista adotada neste período, focada em transferência de renda, que acabou mais do que compensando o aperto nas condições financeiras e a taxa de juros mais alta.

Porém, o movimento recente foi muito rápido e intenso, partindo de um ponto elevado. Tanto o nível na ponta quanto o tamanho do aperto total já são comparáveis com aqueles de grandes crises pelas quais o país passou nas últimas décadas, o que reforça nossa preocupação inicial.

Submetendo esse indicador a alguns testes estatísticos, encontramos uma relação significativa com o PIB, embora bastante volátil ao longo do tempo. Em especial, pós pandemia vemos uma queda no poder explicativo dessa relação (embora ainda existente). De toda maneira, encontramos que os efeitos de movimentos no ICF aparecem no PIB com um a dois trimestres de defasagem, se materializando majoritariamente sobre o investimento. Também encontramos relação significativa, e mais contemporânea, entre ICF e confiança dos empresários.

Esse exercício reforça uma conclusão bastante intuitiva. Os “canários na mina” para um cenário de desaceleração mais forte da atividade econômica devem ser em primeiro lugar os índices de confiança dos empresários, seguidos pelo investimento dentro do PIB. O consumo das famílias, ainda bastante ancorado nas transferências de renda e desemprego muito baixo, deve ser o último a sofrer – mas é mais uma questão de “quando” e não “se”.

3- Posicionamento

Um dos aprendizados de 2024, sobretudo ao longo do primeiro semestre, que incorporamos no 2S24 e que levaremos para 2025, é que os horizontes de investimentos para temas macro (mais especificamente para juros e moedas) estão mais curtos – isso não é só válido para os ativos locais como também para os mercados internacionais. É claro que o regime de volatilidade dos ativos locais é muito maior, sobretudo nos últimos meses, mas a volatilidade dos ativos globais também aumentou de maneira significativa – vale lembrar as respostas muito intensas dos juros nos EUA (taxas da *Treasuries*) aos dados de inflação e atividade, sobretudo no 1S24.

Adicionalmente, tem sido cada vez mais importante acompanhar os movimentos dos fundos sistemáticos/CTAs. Essas estratégias, em razão das características de seu funcionamento *trend-following* (seguidores de tendência), intensificam a magnitude dos movimentos e criam questões técnicas de preço e posicionamento bastante relevantes – e que a gestão discricionária tem que levar em consideração. Inclusive, evoluímos muito em modelos proprietários com essas características, que não

só operam sob essas regras como também geram sinais e informações importantes para os gestores discricionários, em especial nos mercados de juros e moedas, ampliando o nosso painel de instrumentos e sendo mais um elemento em nossas discussões e no nosso processo de investimento.

Em resumo, no nosso entender tem sido mais eficiente encurtar o horizonte de investimento, adotando uma postura mais tática e oportunista, com *stops* mais curtos, aproveitando (e respeitando) as assimetrias de preços à medida que aconteçam. Adicionalmente, temos trabalhado mais com a abordagem de Valor Relativo. Tivemos um bom resultado no 2S24 e vamos seguir assim em 2025.

Sobre a nossa leitura de cenário, nossa intenção é seguir explorando esse cenário mais favorável de EUA, respeitando, como sempre, preço e técnico. No local, seguimos com uma visão mais preocupada com a dinâmica fiscal e com a aceleração da inflação nos próximos meses.

Detalhamos, a seguir, o posicionamento atual do fundo dentro das nossas 4 estratégias principais.

Renda Fixa. No livro de renda fixa local, mantivemos a posição comprada em inflação e vamos operar as taxas nominais de maneira mais tática. No livro de renda fixa internacional, reduzimos a posição aplicada nos EUA e a posição aplicada em Noruega.

Moedas e Cupom Cambial. Iniciamos o ano comprados em dólar contra uma cesta de moedas. A posição de volatilidade segue comprada, embora menor. Já no livro de cupom cambial temos posições tomadas e agora com inclinação.

Valor Relativo. Em dezembro, encerramos a posição aplicada em Treasury, juntamente com as operações associadas a ela, compra de S&P e compra de dólar. Apesar de continuarmos interessados nesse portfólio, optamos por aguardar uma melhora no *price action* antes de retomar a estratégia. No mercado doméstico, após a acentuada alta dos juros locais, zeramos a posição tomada e passamos a refletir nossa visão pessimista por meio de uma posição vendida em Ibovespa, com hedge na venda de USDBRL.

Renda Variável. Reduzimos nossa exposição a bolsa local, com uma posição direcional neutra. Setorialmente, reduzimos nossa exposição aos setores de construção civil, commodities e proteínas. No internacional, seguimos com uma posição comprada no índice S&P.

Fundo: Ace Capital FIF CIC Multimercado RL

Objetivo: o fundo tem como objetivo, mediante a aplicação preponderante em cotas do Ace Capital Master FIF Multimercado RL (“Fundo Master”), atingir rentabilidade acima do CDI, buscando oportunidades em taxas de juros, moedas, renda variável e derivativos diversos, tanto no mercado local quanto internacional, observada a política de investimento do fundo.

Características:

- Tipo Anbima: Multimercados Macro
- Data de Início: 30/09/2019
- Público-alvo: Investidores em Geral
- Taxa de Administração: 2% a.a. com o Fundo Master (máx. de 2,20% a.a.)
- Taxa de Performance: 20% sobre o que exceder o CDI
- Mínimo para aplicação Inicial: R\$ 500,00
- Mínimo para Aplicação Adicional e Resgate: R\$ 100,00
- Saldo Mínimo: R\$ 100,00
- Cotização de Aplicações: D+0
- Cotização de Resgate: D+30, com liquidação no dia útil seguinte
- Classificação Tributária: Longo Prazo
- Administrador: Intrag DTVM
- Custodiante: Itaú Unibanco
- Auditor: Deloitte



As informações contidas nessa apresentação têm caráter meramente informativo e estão sujeitas a mudança sem qualquer tipo de notificação prévia. Este documento não constitui uma oferta de serviço pela Ace Capital e é para uso exclusivo de seu destinatário, não devendo ser utilizado para quaisquer outros fins. A Ace Capital utiliza informações de fontes que acredita serem confiáveis, mas não se responsabiliza pela exatidão de quaisquer das informações assim obtidas e utilizadas neste documento, as quais não foram independentemente verificadas. Além disso, as informações e expectativas sob o cenário da economia brasileira e global foram analisadas até a data de envio deste material, sendo que eventuais fatores econômicos futuros podem não ter sido previstos e, consequentemente, considerados para esta análise fornecida pela Ace Capital. Fundos de investimento que utilizam estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimentos podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo inclusive acarretar perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo, caso o fundo de investimento adote estratégia com derivativos para fins de alavancagem. As informações constantes nesta apresentação estão em consonância com os Regulamentos, Formulários de Referência, se houver, Lâmina de Informações Essenciais, se houver, porém não os substituem. Para avaliação da performance de quaisquer fundos de investimentos, é recomendável uma análise de período de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os fundos de investimento multimercados com renda variável e os fundos de investimento em ações podem estar expostos a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. Fundos de investimento não contam com garantia da Ace Capital, do administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do Regulamento, de eventual Lâmina de Informações Essenciais, se houver, e do Formulário de Informações Complementares, se houver, dos fundos de investimento em que deseja aplicar. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. Este documento não constitui uma opinião ou recomendação, legal ou de qualquer outra natureza, por parte da Ace Capital, e não leva em consideração a situação particular de qualquer investidor. A utilização das informações aqui contidas se dará exclusivamente por conta e risco de seu usuário. Antes de tomar qualquer decisão acerca de seus investimentos, a Ace Capital recomenda ao interessado que consulte seu próprio consultor legal.

OBJETIVO

O Ace Capital FIF CIC Multimercado RL - CNPJ 34.774.662/0001-30 ("FUNDO") objetiva atingir rentabilidade acima do CDI, direcionando, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio em cotas do fundo Ace Capital Master FIF Multimercado RL - CNPJ 34.687.549/0001-18 ("MASTER"), cuja política de investimento consiste em aplicar seus recursos em ativos financeiros de diferentes naturezas, riscos e características, sem o compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco em especial, observadas demais condições presentes em seus regulamentos.

PÚBLICO-ALVO

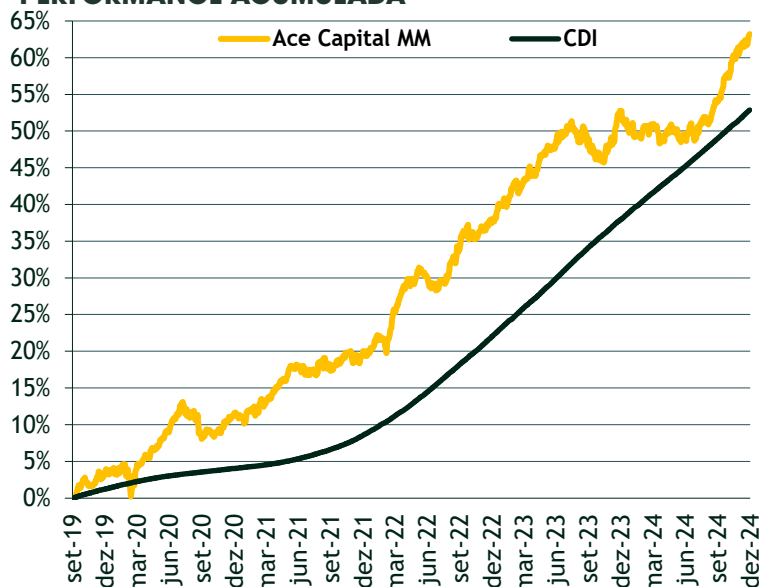
O FUNDO é destinado a receber aplicações de recursos provenientes de investidores em geral, que busquem performance diferenciada e entendam a natureza e a extensão dos riscos envolvidos

GESTOR: Ace Capital Gestora de Recursos Ltda.
CNPJ: 33.411.393/0001-85
CLASSIFICAÇÃO ANBIMA: Multimercado Macro

RENTABILIDADE

ANO	RETORNO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ANO	INÍCIO
2019	Fundo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2,45%	-0,42%	1,55%	3,60%	3,60%
	CDI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	510%	-	412%	290%	290%
2020	Fundo	-0,41%	-0,25%	1,69%	0,87%	1,48%	2,06%	2,90%	-1,18%	-2,61%	0,36%	0,86%	1,87%	7,76%	11,64%
	CDI	-	-	496%	306%	620%	956%	1.491%	-	-	232%	574%	1.135%	280%	288%
2021	Fundo	-1,12%	0,75%	2,00%	1,40%	1,46%	1,02%	-0,98%	1,42%	-0,89%	1,18%	0,05%	1,00%	7,47%	19,98%
	CDI	-	558%	1.010%	676%	548%	333%	-	335%	-	246%	9%	131%	170%	232%
2022	Fundo	1,15%	0,22%	3,00%	3,08%	0,96%	-0,27%	-1,22%	2,02%	2,73%	1,00%	0,81%	0,53%	14,82%	37,76%
	CDI	158%	29%	325%	370%	93%	-	-	173%	255%	98%	79%	47%	120%	171%
2023	Fundo	1,58%	1,90%	0,45%	0,61%	1,89%	1,50%	1,10%	-1,42%	0,25%	-1,93%	1,63%	2,92%	10,87%	52,74%
	CDI	141%	206%	38%	67%	168%	140%	103%	-	25%	-	177%	326%	83%	139%
2024	Fundo	-1,36%	-0,51%	0,71%	-1,56%	1,00%	-0,77%	0,58%	0,81%	2,02%	2,07%	2,34%	1,40%	6,84%	63,18%
	CDI	-	-	86%	-	119%	-	64%	94%	242%	223%	296%	150%	63%	119%

Rentabilidade líquida de administração e performance e bruta de impostos.

PERFORMANCE ACUMULADA**INFORMAÇÕES GERAIS**

Data de Início	30/09/2019
Taxa de Administração*	2,00% a.a.
Taxa de Performance	20% sobre o que exceder o CDI
Classificação Tributária	Longo Prazo
Administrador	Intrag DTVM Ltda.
Custodiante	Itaú Unibanco S.A.
Auditor	PWC

*Este valor já incorpora a taxa de administração do FUNDO e a taxa de administração do MASTER. A taxa máxima de administração permitida é de 2,20% a.a.

ESTATÍSTICAS

Retorno acumulado	63,18%
Retorno acumulado em %CDI	119%
Rentabilidade em 12 meses	6,84%
Volatilidade anualizada	4,2%
Sharpe	0,3
Retorno médio mensal	0,79%
Número de meses positivos	47
Número de meses negativos	16
Número de meses acima de 100% do CDI	35
Número de meses abaixo de 100% do CDI	28
Maior rentabilidade mensal	3,08%
Menor rentabilidade mensal	-2,61%
Patrimônio líquido	R\$ 335.621.681
Patrimônio médio em 12 meses	R\$ 469.485.981
Patrimônio líquido do MASTER	R\$ 1.174.005.106

MOVIMENTAÇÃO

Mínimo para Aplicação Inicial	R\$ 500,00
Saldo Mínimo	R\$ 100,00
Mínimo para Aplicação Adicional e Resgate	R\$ 100,00
Cota	Fechamento
Cotização de Aplicações	D+0
Cotização de Resgates	D+30 corridos
Liquidação de Resgates (pós Cotização)	D+1 útil



Gestão de Recursos

A Ace Capital não comercializa nem distribui cotas de fundos de investimento ou qualquer outro ativo financeiro. As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo e não se caracterizam e nem devem ser entendidas como uma promessa ou um compromisso da Ace Capital, além de não levar em consideração a situação particular de qualquer investidor. Antes de tomar qualquer decisão acerca de seus investimentos, a Ace Capital (i) recomenda ao interessado que consulte seu próprio consultor e (ii) não se responsabiliza pelas decisões de investimento. O FUNDO utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimentos, o que pode resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo, inclusive, acarretar em perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do FUNDO. O FUNDO está autorizado a realizar aplicações em ativos financeiros no exterior. O FUNDO pode estar exposto a significativa concentração em ativos de poucos emissores, variação cambial e outros riscos não mencionados neste material. Os fundos de investimento multimercados com renda variável e os fundos de investimento em ações podem estar expostos a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. Para avaliação da performance de quaisquer fundos de investimentos, é recomendável uma análise de período de, no mínimo, 12 (doze) meses. O FUNDO buscará manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo cotista. Não há garantia de que este Fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DA TAXA DE SAÍDA. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DOS GESTORES, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC. É recomendada a leitura cuidadosa do Formulário de Informações Complementares, se houver, da Lâmina de Informações Essenciais e do Regulamento do FUNDO e do MASTER pelo investidor antes de aplicar seus recursos, conforme disponíveis no site do Administrador: Intrag DTVM Ltda., CNPJ nº 62.418.140/0001-31, www.intrag.com.br, Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP. Telefone (11) 3072-6109, dias úteis, das 9 às 18h, ou utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h. Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú Unibanco 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala 0800 722 1722, disponível 24h todos os dias.